

# A narrativa e os enquadramentos do Estadão sobre o “lulopetismo” uma perspectiva crítica latino-americana

PABLO SILVA PIMENTEL

Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS)  
Universidade Federal do Paraná  
pablo.pimentel@ymail.com  
ORCID: /0000-0002-2493-9624



m *A partilha do sensível*, o filósofo Jacques Rancière (2005, p. 58) afirmava que “o real precisa[va] ser ficcionado para ser pensado”. No processo de feitura de realidades, as narrativas construídas pelo jornalismo ocupam um lugar privilegiado no rearranjo de signos e imagens que constrói o real. O conceito de enquadramento nas teorias do jornalismo tem se relacionado a essa assertiva, auxiliando a compreensão de pesquisadores sobre os mecanismos simbólicos e linguísticos operados por textos jornalísticos. Diversos autores tem apontado essa relação como Matthes (2011, p. 249) que conceitua os enquadramentos como “visões seletivas sobre assuntos – visões que constroem a realidade de uma certa maneira, levando a diferentes avaliações e recomendações”. Seguindo nessa linha, Reese (2001, p. 11) afirma que os “enquadramentos são princípios organizadores que são socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar significativamente o mundo social”.

Mesmo que o campo de pesquisa sobre enquadramentos tenha se tornado amplo, inclusive na América Latina, alguns autores tem feito críticas a uma alegada imprecisão conceitual ou mesmo a uma falta de rigor técnico-metodológico (Campos, 2014; Cappella & Jamieson, 1997; Mendonça & Guimarães Simões, 2012). Neste artigo, contudo, defendo que uma perspectiva latino-americana para as pesquisas de enquadramento

Pour citer cet article, to quote this article,  
para citar este artigo

Pablo Silva Pimentel « A narrativa e os enquadramentos do Estadão sobre o “lulopetismo” : uma perspectiva crítica latino-americana », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 12, n°1 - 2023, 15 juin - june 15 - 15 de junho.  
URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.V12.N1.2023.542>



precisa ser necessariamente crítica e diversa – reconnectedo-se a sua tradição (Albuquerque & Oliveira, 2021) –, afastando-se de pressupostos epistemológicos empiricistas que se amparam no primado da técnica – pretensamente neutra e objetiva – sobre a política. Dessa forma, ressalto a importância do olhar analítico e crítico do pesquisador na tarefa de discernir e remontar os enquadramentos jornalísticos.

Nessa perspectiva crítica, considero fundamental o aporte teórico e metodológico de autores que pensam nas potencialidades da narrativa. Penso que aliar uma análise crítica da narrativa à análise dos enquadramentos permite a introdução de uma variável pouco lembrada em pesquisas do campo: o tempo. Sustento que é o tempo narrativo que encadeia a série de determinados pacotes interpretativos compartilhados pelos jornais sobre determinado tema. Ao inserir a narrativa na análise, os enquadramentos podem ser melhor compreendidos em sua dinamicidade e no seu percurso comunicativo. Defendo que esse aporte metodológico pode conferir uma relevante contribuição para a robustez da análise de enquadramentos e na apreensão dos seus aspectos discursivos, ou seja, históricos, políticos e ideológicos.

A partir dessas reflexões, os estudos de casos latino-americanos podem fornecer mais subsídios que sustentem a perspectiva que proponho. Os últimos anos da política brasileira, por exemplo, foram alvos de uma intensa disputa de sentidos e, conseqüentemente, tem sido tema de diversas pesquisas no campo da comunicação política na América Latina. Eventos como as grandes manifestações antipetistas, o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a conseqüente ascensão da extrema-direita ao poder foram retratos de uma crise democrática que já foi representada por vários atores políticos e sociais.

Os editoriais dos grandes jornais brasileiros não se furtaram em abordar a crise do projeto lulista, construindo enquadramentos e disputando seus sentidos (Marques, Mitozo, & Mont'alverne, 2021; Pimentel & Marques, 2021a; Pimentel & Marques 2021b). Dentro desse contexto, chama a atenção o termo utilizado no gênero editorial dos jornais *Estado de S. Paulo* e *O Globo* para representar o projeto político liderado por Lula e pelo Partido dos trabalhadores: o “lulopetismo”. Alguns pesquisadores já apontaram – em análises mais genéricas – que o termo “lulopetismo” foi utilizado na última década para atribuir uma valoração negativa às ideias, projetos e ações dos atores políticos do PT (Albuquerque, 2019; Azevedo, 2016; Van Dijk, 2017).

O gênero editorial é relevante para a compreensão de como as narrativas são elaboradas pelos jornais porque é nesse espaço que estão “as linhas

mestras que marcam ideologicamente os conteúdos jornalísticos e fundamentam a atividade empresarial de uma publicação” (Armañanzas & Nocí, 1996, p. 171). É através desse gênero que as empresas jornalísticas avaliam os assuntos públicos e orientam os dirigentes do Estado à ação a partir de um “efeito de autoridade”.

Em relação ao *O Globo*, Juliana Gagliardi (2018), em *Um projeto de poder por vias não democráticas: O Globo e a narrativa do Lulopetismo*, deu uma contribuição relevante ao realizar uma genealogia do uso do termo no jornal. Porém, ainda faltam análises específicas sobre a sua utilização no *Estadão*. Nesse sentido, este artigo realiza uma análise sobre os enquadramentos encadeados em narrativa sobre projeto político do Partido dos Trabalhadores elaborados pelos editoriais jornalísticos do jornal *O Estado de S. Paulo*. Neste trabalho, atentarei para composição dessa narrativa em um mês relevante do contexto de crise do lulismo, março de 2015 – período marcado pela primeira grande manifestação antipetista pelo impeachment de Dilma. Defendo que uma análise crítica das narrativas editoriais pode auxiliar no debate sobre o papel dessas empresas jornalísticas como atores políticos da crise do lulismo, bem como de promover avanços teóricos para o campo de estudos sobre o enquadramento a partir de uma perspectiva latino-americana.

Na próxima seção, discutirei a importância de uma abordagem transdisciplinar para enriquecer o conceito e análise dos enquadramentos, apontando como essa abordagem auxilia na elaboração de uma contribuição pós-colonial para o estudo de caso específico e para o campo de pesquisa. Ao definir o olhar metodológico – tendo o debate da relação entre narrativas e enquadramentos como fundamental –, logo passo a realizar o trabalho de desconstrução e remontagem da narrativa sobre o “lulopetismo” nos editoriais coletados no recorte temporal definido. Ao final, escrevo as considerações finais discutindo a contribuição que a análise pode ofertar para a teoria e para o seguimento de uma agenda de pesquisa.

---

#### UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR E PÓS-COLONIAL NOS ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO

---

São bem conhecidas dos pesquisadores de comunicação política as clássicas definições sobre enquadramento como as de Goffman (1986), Entman (1993), Gitlin (1980) ou Gamson e Modigliani (1987). Essa diversidade conceitual que enfatiza elementos como “ênfase”, “saliência” de determinados acontecimentos ou a “construção”, “significação” e “princípios de organização” da realidade em textos comunicativos

faz com que diversos autores afirmem que o conceito de enquadramento é tratado mais como um campo de pesquisa do que um paradigma teórico unificado (D'Angelo 2002; Entman, 1993; Gamson, 2001; Reese, 2007).

Ao diagnosticar essa abertura e maleabilidade teórica, respeitados estudiosos tem lançado alertas e tecendo algumas críticas quanto a uma possível falta de rigor científico nos estudos de enquadramentos, derivado de uma alegada fluidez conceitual (Campos, 2014; Cappella & Jamieson, 1997, Mendonça & Guimarães Simões, 2012). Como exemplo dessas críticas, os pesquisadores Ricardo Mendonça e Paula Guimarães Simões reforçam a ideia de que essa ampla utilização do conceito poderia acarretar o que denominam de “consequências perigosas”: a perda de sua precisão conceitual levando a prejuízos de sua exatidão, e a própria fratura do conceito de enquadramento, fazendo com que surjam “terrenos teóricos distintos”. Explorando as raízes do conceito de enquadramento nas obras de Gregory Bateson (2002) e Erving Goffman (1986), os autores alertam para uma possível descontextualização ou mesmo “desvirtuamento” do conceito em estudos do campo.

Apesar dessas importantes críticas, a proposta deste trabalho diverge respeitosamente dessas perspectivas. Considero que para fomentar uma perspectiva teórica para os enquadramentos a partir de um olhar latino-americano, é preciso abrir e ampliar seus limites e suas balizas para prover uma contribuição original para os estudos do campo. Nesse sentido, concordo com Reese (2007) e D'Angelo (2002) de que uma diversidade teórica pode ser benéfica para a compreensão dos processos de fazimento do mundo e do real – aspectos que o conceito de enquadramento engloba; ainda mais ao tratarmos aqui de uma perspectiva latino-americana.

A partir dessa abertura, não só é possível, mas imprescindível, recorrer a um arcabouço transdisciplinar para o entendimento desse processo de construção simbólica. Nesse sentido, é salutar recorrer a teóricos de diversos campos do conhecimento para além do jornalismo como a filosofia, a história, a linguística, a sociologia e a ciência política. Matthes (2011) propõe que na discussão teórica sobre o termo enquadramento é importante buscar soluções criativas para as novas questões suscitadas a partir de pontes com perspectivas de outros campos.

Para além do aprofundamento teórico, a abertura à transdisciplinariedade possibilita o avanço dos esforços para uma perspectiva latino-americana nos estudos de enquadramento que, como afirmei anteriormente, precisa ser crítica e comprometida com um imperativo ético e político de transformação. A defesa

desse olhar não se trata de algo novo, mas o reforço de uma tradição da região que, segundo Albuquerque e Oliveira (2021), já estava presente desde os anos 1950 com criação de institutos de pesquisa em Comunicação como o CIESPAL e a ALAIC. Além desses institutos, os autores ressaltam a importância das perspectivas críticas de pesquisadores como Martín-Barbero, Néstor Canclini, Eliseo Verón, Renato Ortiz, Marques de Melo, Luis Beltrán, e o educador Paulo Freire (Albuquerque & Oliveira, 2021, p. 7).

Uma perspectiva crítica e de tradição latino-americana deve privilegiar metodologias que refinem o olhar do pesquisador a partir de uma premissa epistemológica que reconheça as relações assimétricas de poder derivadas da colonialidade. Relações essas que se fazem presentes tanto nos objetos de estudo quanto na forma de produção de conhecimento. O sociólogo Ramón Grosfoguel – pioneiro na produção de conhecimento decolonial na América Latina – avança nessa discussão sustentando que

Não se trata apenas de uma questão de valores sociais na produção de conhecimento .... O ponto central aqui é o locus de enunciação, ou seja, a localização geopolítica e corpo-política do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais o sujeito que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “ego-política do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “eu” não situado. A localização epistêmica étnico/racial/gênero/sexual e o sujeito que fala estão sempre desacoplados. Ao desvincular a localização epistêmica étnico/racial/gênero/sexual do sujeito que fala, a filosofia e as ciências ocidentais são capazes de produzir um mito sobre um saber universal verdadeiro que encobre, ou seja, oculta quem está falando, bem como a realidade geopolítica e localização epistêmica corpo-política nas estruturas de poder/saber colonial de que fala o sujeito. (Grosfoguel, 2007, p. 213)

Para o autor, a modernidade ocidental e suas formas de produção de conhecimento criaram o mito da objetividade e da neutralidade “descorporificada”, no que é chamado por Grosfoguel de “ego-política do conhecimento”. Esse discurso sobre a produção científica universaliza a verdade e as técnicas para o seu descobrimento. O sociólogo sustenta que essa estratégia epistêmica foi historicamente crucial para os projetos do Ocidente. “Ao ocultar a localização do sujeito da enunciação, a expansão e dominação colonial europeia/euro-americana foi capaz de construir uma hierarquia de saberes superiores e inferiores e, portanto, de pessoas superiores e inferiores em todo o mundo” (Grosfoguel, 2007, p. 214).

O pensador Castro-Gómez (2010) chama essa estratégia discursiva sobre o lugar social do pesquisador/cientista como “ponto zero” das filosofias eurocêntricas. Trata-se de um “ponto de vista que se esconde e se oculta como estando além de um determinado ponto de vista, ou seja, o ponto de vista que se representa como sendo sem ponto de vista” (Grosfoguel, 2007, p. 214). Essa perspectiva científicista particulariza determinadas formas de produção de conhecimento não ocidentais e universaliza as fórmulas da modernidade eivadas da hierarquização colonial. A partir disso, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) lançam uma provocação, principalmente aos pesquisadores latino-americanos: sabendo que todo conhecimento se encontra incorporado e corporificado em sujeitos situados em determinados contextos históricos, ideológicos e culturais, continuaremos reproduzindo em nossas pesquisas a premissa epistemológica eurocêntrica e universalista do ponto zero?

Nesse sentido, é preciso destacar a importância do olhar do pesquisador que – explicitando seu lugar social de fala – precisa trabalhar com os saberes produzidos por outros campos de forma transdisciplinar, mobilizando um repertório analítico diverso, discernindo as operações linguísticas e ideológicas operadas pelos enquadramentos jornalísticos que estão ligadas aos seus contextos históricos e socioeconômicos. Dessa forma, tornamos nosso ofício, nossas ferramentas e mediações mais transparentes e refinados. O encontro honesto entre a subjetividade do pesquisador com suas escolhas teóricas e metodológicas – que são intrinsecamente políticas – é o que fornece um conhecimento crítico necessário às pesquisas em sociedades pós-coloniais.

O pesquisador brasileiro Afonso Albuquerque, reflete sobre essas questões buscando uma nova abordagem que consiga interpretar de forma crítica a atuação política do jornalismo na América Latina. O autor afirma que é preciso problematizar a atuação das empresas jornalísticas na região enquanto uma construção histórica advinda do colonialismo, percebendo as complexas relações sociais encontradas na América Latina. Para isso, ele advoga por uma abordagem analítica pós-colonial que perceba os padrões assimétricos de relação historicamente estabelecidos.

Na visão do pesquisador, as instituições jornalísticas nas sociedades latino-americanas internalizaram e naturalizaram fortemente modelos normativos externos, apresentando-se como portadores de valores universais, adaptando-os aos seus interesses. Ao apropriarem-se do discurso de que exercem o “*quarto poder*”, os jornais fortaleceram uma retórica que concedeu a si uma legitimidade para desempenhar um papel político ativo. Essa visão se comunica com o fenômeno que Guerrero (2014) chama de “modelo de mídia liberal

capturado”. Para o autor, as organizações jornalísticas brasileiras se apropriam do ideal americano de objetividade jornalística ao mesmo tempo em que buscam contemplar interesses privados. Em outras palavras, o discurso do modelo liberal é frequentemente aplicado para promover um “cão de guarda seletivo”. Nesse contexto, Albuquerque (2019, p. 908) afirma que as empresas jornalísticas na América Latina “podem solapar a democracia, ao mesmo tempo em que afirmam defendê-la”.

Fernando Azevedo (2006) levanta algumas hipóteses que podem nos auxiliar na compreensão desse papel do jornalismo latino-americano, e em especial no Brasil. Para o autor, a baixa diversidade externa nos grandes jornais – entendida como a oferta de pluralidade de informações e opiniões – está associada a uma relação histórica com as elites da região. Sendo assim, esses segmentos sempre tiveram força para pautar sua agenda junto as empresas jornalísticas. Entre outras características do sistema de mídia brasileiro, Azevedo (2006) destaca

... o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. (Azevedo, 2006, p. 89)

A partir desse aporte teórico, reforço que é fundamental que o pesquisador dos enquadramentos jornalísticos domine ferramentas analíticas do campo das humanidades para discernir, a partir de uma perspectiva crítica, as operações ideológicas e políticas dos jornais latino-americanos. Essas reflexões epistemológicas são essenciais para se pensar nos caminhos para a diversificação do campo de pesquisa da comunicação política.

---

#### DEBATE METODOLÓGICO: ENQUADRAMENTOS, NARRATIVAS E A CONSTRUÇÃO DO REAL

---

Como já discutido, o diálogo com autores de outros campos sobre o processo de fazimento do real é imprescindível para nortear minha análise das narrativas e enquadramentos editoriais sobre o “lulopetismo”. Rancière (2005, p.59) define esse processo como construção de ficções, “rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o se faz e o que se pode fazer”. O autor ainda propõe que “os enunciados políticos e literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação



, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos de fazer e modos do dizer. (Rancière, 2005, p. 59).

A partir desse quadro, afirmo que é pela articulação de narrativas que os enunciados e rearranjos simbólicos de realidades – ou poderia dizer, os enquadramentos – podem ser transmitidos. Da mesma forma, é o tempo narrativo que pode encadear um conjunto de enquadramentos sobre temas e agentes públicos. Em *Análise crítica da narrativa*, Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 33) afirma que “grande parte dessas representações mentais se estrutura na forma de narrativas”. Para o autor, por não existir um conhecimento direto sobre o real, a realidade precisa de mediação da linguagem para ser conhecida. Ou seja, nos termos de Motta (2013, p. 84), “a realidade é uma questão epistemológica, não ontológica”. Sendo assim, é a articulação da narrativa que torna a realidade inteligível. A partir desse quadro, uma análise crítica da narrativa seria “observar os conteúdos da comunicação narrativa como uma tessitura cognitiva entretecida que dá visibilidade e classifica ininterruptamente a realidade, dotando o contexto social de significados culturais” (Motta, 2013, p. 129).

Pesquisadores do campo da comunicação também compreendem os enquadramentos jornalísticos enquanto forma de construção do mundo social. Para Reese (2001, p. 11), enquadramentos são “princípios organizadores que são socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar significativamente o mundo social”. Matthes (2011, p. 249) também sustenta que o conceito engloba a ideia de “construir a realidade de uma certa maneira levando a diferentes avaliações e recomendações”.

Reforçando o argumento de que é a narrativa que articula o conjunto de enquadramentos sobre determinado assunto, Reese realiza uma observação interessante sobre um elemento da conceituação de Entman.

A definição de Entman levanta a questão de como elas [notícias] são organizadas “*in such a way as to promote*” seus efeitos. É precisamente “a forma” [no original, o termo “*way*” denota um movimento dinâmico] como certos atributos passam a ser associados a questões particulares que devem preocupar a análise de enquadramento. Foi um grande passo à frente na tradição empírica perceber que existem características que, quando tomadas em conjunto, contam uma história maior do que a história manifesta. O projeto de enquadramento abre mais espaço para interpretação, captura um processo mais dinâmico de negociação de signifi-

ficado e destaca as relações dentro do discurso. (Reese, 2007, p. 152)

Refletindo sobre essa questão, defendo a ideia de que é preciso adensar aos estudos de enquadramento, um aprofundamento teórico-metodológico sobre a construção das narrativas e como elas podem ser melhor apreendidas pelo pesquisador. Esse aporte pode tornar menos estático e dar mais dinamicidade ao estudo de como os enquadramentos são articulados ao longo do tempo para assim compreender “a história maior do que a história manifesta”.

Nesse diálogo, é imprescindível abordar o pensamento do Paul Ricoeur. Em sua obra clássica, *Tempo e Narrativa*, o autor afirma que é a configuração de uma intriga – o agenciamento em sistema dos fatos – que encadeia “fatores tão heterogêneos como agentes, objetivos, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados” (Ricoeur, 2010, pp.114-115). O autor afirma que a intriga é necessária para mediação da narrativa, conduzindo uma situação e personagens de um antes a um depois.

Essa relação se completa através de um círculo hermenêutico que Ricoeur chama de “tríplice mimese”. O conceito articula três fases da narrativa: (1) o tempo prefigurado, o mundo referencial do sujeito que narra com seus pressupostos e sistemas simbólicos – elementos que antecedem o texto, porém estruturantes da ação e de uma primeira legibilidade – (2) o tempo configurado, onde ocorre a mediação do narrador, através da intriga, utilizando os elementos linguísticos que estruturam a narrativa; e (3) o tempo refigurado, em que ocorre uma intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor, este convocado a fazer parte da trama refigurando o texto.

A partir da discussão teórica, alguns passos metodológicos precisam ser observados nesta proposta de análise de enquadramentos associada à análise crítica da narrativa. Reforço que trabalho aqui na ampliação dos sentidos do conceito de enquadramento jornalístico numa tentativa de fomentar um olhar transdisciplinar, diverso e crítico, centrado em premissas epistemológicas que nos auxiliem numa contribuição latino-americana para o campo de pesquisa. O adensamento analítico das narrativas ao estudo vai no encontro do que Motta (2013, p. 119) sustenta ao afirmar que o pesquisador “não deve sentir-se constrangido com os rigores das propostas formais e consolidadas da literatura, nem temer ser metodologicamente criativo. Deve buscar caminhos próprios, até porque a narrativa está em processo de gestação”.

Sendo assim, inspirado, principalmente, pelas contribuições de Paul Ricoeur e Luiz Gonzaga Motta, proponho os seguintes passos metodológicos: em pri-

meio lugar, é fundamental identificar uma serialidade temática, conectando os enquadramentos ao encadeamento narrativo – pensados aqui como pacotes interpretativos encontrados nos textos jornalísticos e que promovem o rearranjo simbólico do real – para compreender a síntese da narrativa (Motta, 2005). Para Ricoeur (2010, p. 114), é a intriga que tem a função de fazer essa síntese, uma “totalidade inteligível, de modo tal que que possa sempre perguntar qual é o ‘tema’ da história”. É desse arranjo configurante que uma história pode ser seguida. Desta forma, o pesquisador deve realizar uma leitura atenta para identificação da trama, a “*chave de ouro*” da narrativa.

Em segundo lugar, é importante observar a atribuição dos papéis aos personagens da narrativa; ou seja, quem são os protagonistas e os antagonistas e como eles são enquadrados e entrelaçados na trama (Motta, 2005). Nesse processo, a intriga compartilha com o leitor as pressuposições éticas do narrador sobre a “nobreza” e a “vilania”, o bem e o mal.

Como terceiro ponto, é preciso observar as estratégias textuais próprias do discurso jornalístico que intencionam provocar o “efeito de real” através da mobilização de recursos linguísticos. Por mais que os enquadramentos não sejam meramente forjados estrategicamente por atores autoconscientes para convencer seus interlocutores (Mendonça & Guimarães Simões, 2012), uma análise crítica da narrativa remete imprescindivelmente à consideração das intencionalidades do texto uma vez que é objetivo do narrar a configuração de sentidos (Motta, 2013, p. 36). Segundo Luiz Motta, jornalistas sabem como utilizar do discurso narrativo para causar efeitos de sentido emocionais como surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, deboche e ironia. Dessa forma, o leitor identifica-se com o narrado.

Tendo esse quadro em vista, este trabalho realiza uma remontagem da narrativa, ou mesmo – utilizando os termos de Ricoeur – uma refiguração do texto. O crítico da narrativa deve se apropriar da mesma para revelar a intriga, os enquadramentos, a mediação e as estratégias narrativas. Da mesma forma, é importante historicizar o discurso contido das narrativas, relacionando-o aos seus efeitos no debate público – debate esse situado espacial e historicamente.

---

**“LULOPETISMO” NOS EDITORIAIS:  
ENQUADRAMENTOS E ANÁLISE CRÍTICA  
DA NARRATIVA**

---

Os dias anteriores à primeira grande manifestação contra o governo Dilma e o Partido dos Trabalhadores (PT) – ocorrida num domingo, 15 de março – foram

de uma intensa elaboração de representações sobre o projeto político dos governos petistas no gênero editorial do *Estadão*. Os eventos episódicos selecionados pelos editoriais parecem se conectar a partir de uma elaboração de intriga em que era preciso recordar o que, na construção discursiva dos jornais, seria o famigerado “lulopetismo”. A narrativa editorial sobre o “lulopetismo” é repleta de deboche, acidez, ironia e, até mesmo, virulência contra o projeto político do PT e seus principais agentes políticos. A mobilização desses recursos é uma das grandes marcas da construção narrativa do jornal.

Os enquadramentos predominantes compartilhados nos editoriais do *Estadão* formam um panorama que ressalta um caráter autoritário de uma organização política com sede de se perpetuar no poder. O “lulopetismo” seria a representação de uma força ideológica de esquerda que fomenta um radicalismo virulento antidemocrático. O jornal afirmava que o “Planalto não tem qualquer pudor em explicitar que, na sua ótica, a lei é apenas para os inimigos. Para o lulopetismo, os laços de amizade – e de proximidade ideológica – estão acima das leis do País” (Ação entre amigos, *OESP*, 10/03/2015). Em outro editorial, sentenciam-se que “tolerância, diálogo e respeito é tudo o que o PT jamais praticou em mais de 20 anos de oposição e 12 anos de governo. Muito menos convergência. O lulopetismo sempre tratou os adversários como inimigos a serem eliminados” (É hora de cair na real, *OESP*, 11/03/2015).

Contudo, o “lulopetismo” construído e compartilhado pelo *Estadão*, através dos enquadramentos encaixados pelo tempo narrativo, parece ser uma manifestação – ou mesmo uma projeção mimética – do corpo político de Lula, refletindo suas vontades e ações. Esse recurso narrativo é essencial para a composição da intriga na narrativa do jornal paulista. Lula é o grande antagonista da trama, ainda que não participe ativamente dos episódios retratados. As situações episódicas são interligadas pela ação desse protagonista por trás dos personagens, manipulando e movimentando as peças do jogo político para alimentar seu projeto de poder. Em suma, os enquadramentos produzidos sobre ação política de Lula fazem com que ele seja concebido como o grande inimigo a ser combatido. Dessa forma, o próprio jornal teria a missão de retirar a “máscara” desse personagem político, revelando aos leitores a “verdade” sobre ele e seu projeto político.

Os mais recentes movimentos de Lula nada mais são do que uma tentativa de desatrelar-se das trapalhadas da presidente para continuar se apresentando como o herói das classes desfavorecidas na luta contra “eles” – isto é, contra os supostos conspiradores, representantes das “elites” que tramam a queda de Dilma, e mais que isso, urdem a derrota do PT e seu projeto

redentor. Lula nunca teve pudores de abandonar pelo caminho seus companheiros de viagem, quando isso foi necessário para a manutenção de seu projeto de poder. ... Lula conduz o jogo para o terreno que lhe é favorável – o da confusão e da anarquia. (Confusão é tudo o que Lula quer, *OESP*, 08/03/2015)

Esse mesmo editorial, publicado no domingo anterior aos protestos do dia 15, já abordava a futura manifestação antipetista. Isso demonstra a importância que o jornal estava conferindo à produção de sentidos e significados ao evento que ainda estava para acontecer. O jornal já estava buscando inscrever o evento na cena pública, antecipando os sentidos sobre a manifestação. Porém, mesmo que o *Estadão* eleja o “lulopetismo” como inimigo antidemocrático a ser desmascarado, o jornal não apoia os protestos pelo impeachment de Dilma. Mais: desabona a convocação, chamando-a de “inoportuna” e fruto de um radicalismo. Essa instigante construção de opinião é justificada da seguinte forma:

O efeito imediato das manifestações ... será o acirramento dos ânimos e a radicalização. Tal atmosfera de instabilidade ofereceria àqueles que se sentem acuados pela crise a oportunidade de reagir de forma violenta, transformando em “golpistas” todos os que se opõem ao governo Dilma .... O ex-presidente Lula, por exemplo, já disse que açulará o “exército” de Stédile – o chefe do MST – contra quem for às ruas pedir a saída de Dilma. ... Quando Lula incita seus sabujos a atacar os opositores da presidente nas ruas, não é a Dilma que ele está defendendo, mas a si mesmo. ... Nesse sentido, os movimentos que defendem o impeachment de Dilma servem aos propósitos do lulopetismo, pois jogam no tudo ou nada anunciado por Lula. Nascidos à margem dos inoperantes partidos de oposição, esses movimentos acreditam que só a radicalização nas ruas será capaz de remover os petistas no poder. Mas são amadores nesse perigoso mister. Conhecendo a força da militância do PT e de seus satélites nos sindicatos e movimentos sociais, é possível imaginar a violência da reação a essa afoiteza. Pois essa é uma militância paga e profissional, pronta para a truculência. (Confusão é tudo o que Lula quer, *OESP*, 08/03/2015)

O *Estadão* enquadra os protestos contra Dilma de forma desabonadora, afirmando que estariam caindo numa armadilha criada pelo movimento/projeção das vontades de Lula, este enquadrado pelo jornal como senhor do caos e da anarquia. Essa intrigante construção narrativa utiliza, mesmo que pareça paradoxal, do próprio lugar de força autoritária do “lulopetismo”

para se posicionar contra o transbordamento da crise política para as ruas. A partir dessa afirmação, penso que, àquela altura dos acontecimentos, o interesse do *Estadão* não era propriamente desestabilizar o governo Dilma – ainda que o jornal atribua termos jocosos à presidenta. Julgo que o interesse do periódico era desestabilizar o lulismo enquanto discurso poderoso de legitimação política configurado pelo corpo político de Lula.

Levanto a hipótese de que o *Estadão* ainda aposta no ajuste fiscal encampado pela equipe econômica do governo à época. Curiosamente, o jornal parecia ainda ter alguma esperança de que Dilma não servisse aos propósitos do “lulopetismo” e apoiasse com mais vigor seu ministro da Fazenda. Ainda no dia 8 de março, o *Estadão* afirmava que “apesar da crise política, o Brasil poderá chegar ao fim do ano com as contas do governo em melhor estado e com a inflação a caminho da meta, se a presidente Dilma Rousseff apoiar com determinação a equipe econômica” (Dilma pode agir sem o Congresso, *OESP*, 08/03/2015).

Contudo, mesmo que o jornal fizesse apelos a então presidenta, a forma como são produzidos os enquadramentos sobre Dilma na trama é bem ácida. Ela é representada de uma forma agressiva, irônica e debochada. Comentando o pronunciamento de Dilma no dia internacional da mulher, o jornal a desqualifica como incompetente, atrapalhada e desnorteada para afirmar que

Atrás da sua soberba assoma a absoluta incapacidade de admitir os próprios erros, uma característica marcante de Lula e do PT que ela se encarregou de levar a extremos e que a torna uma governante medíocre. Não reconhecendo os próprios erros, ela escamoteia a verdade, dissimula. E como uma mentira puxa outra, Dilma encontra-se refém das fabulações com que tem insultado a inteligência dos brasileiros. (A grande mentira, *OESP*, 10/03/2015)

Quatro dias depois, o jornal criticava a tentativa de Dilma de melhorar a articulação política com uma mini-reforma ministerial nos seguintes termos:

Ela vai ter de se superar, considerando a enorme dificuldade que tem de entender-se com quem quer que seja fora de seu círculo íntimo. É nesse ambiente que ela fica à vontade para exercitar seu autoritarismo e intolerância. Resta saber até que ponto está disposta a mudar, não apenas a composição de sua equipe de comando, mas a si própria. ... Se continuar assim, vai acabar forçando Lula, que é esperto o suficiente para não lhe oferecer um abraço de afogado, a encontrar outros meios para viabilizar sua ambição de vol-

tar à Presidência, ancorado no projeto de poder pelo qual o PT se tornou obcecado. (Dilma diz que vai mudar política, *OESP*, 14/03/2015)

Ao realizar esta remontagem da intriga, é possível seguir a história – nos termos de Ricoeur – para afirmar que mesmo os ataques a Dilma visavam atacar não só suas próprias características, mas atacar, também, Lula. Mesmo sem participar ativamente dos episódios, o ex-presidente sempre é trazido para a trama e aparece como fundo e tema-chave da narrativa.

Retornando ao seguimento da narrativa, ainda no dia 11 de março o periódico volta a projetar as manifestações do domingo. No editorial intitulado “É hora de cair na real”, o *Estadão* ridiculariza as respostas dos dirigentes petistas à queda da aprovação pública, mas também continua a desaprovar manifestações que pudessem provocar o aprofundamento da crise.

Apesar de haver setores radicais propondo a deposição legal da chefe do governo, está claro que a maior parte da oposição, na política e nas ruas, entende, sensatamente, que não é a hora de falar em impeachment. O argumento de que a oposição está tentando promover o “terceiro turno” das eleições presidenciais é risível, retórica apelativa, própria da maneira singular de o PT pensar e fazer política. ... São legítimas e democráticas, para o PT, apenas as manifestações populares por ele próprio orquestradas, ou pelas organizações sociais, sindicais e estudantis que manipula. Fora disso está tudo politicamente desqualificado, por vício de origem: ser contra o PT é o mesmo que ser contra o povo. O lulopetismo sempre tratou os adversários como inimigos a serem eliminados... (É hora de cair na real, *OESP*, 11/03/2015)

Mesmo continuando a representar o “lulopetismo” como antidemocrático, o *Estadão* não só desaprova os protestos que aconteceriam no domingo como avalia que apenas setores radicais pretendiam pedir o impeachment de Dilma, enquanto a maioria acreditaria que não seria a hora adequada – mesmo que a deposição da presidenta fosse a pauta dos movimentos. A produção de sentidos sobre o futuro evento é intensamente disputada, como se o jornal pretendesse dizer o que ele deveria significar e o que não deveria.

Já no domingo, dia da grande manifestação, o jornal volta a abordar os protestos preparando o ambiente.

Hoje milhares de brasileiros estarão nas ruas das principais cidades para exercer o direito democrático de protestar contra um governo com o qual não estão satisfeitos. É um ato político saudável como são todos aqueles que per-

mitem a expressão do sentimento da cidadania ... Desde, enfim, que sejam pacíficos. ... O que se espera das manifestações de hoje, portanto, é que venham a significar um importante passo adiante na luta permanente pelo bem do Brasil, evitando as armadilhas que podem levar ao retrocesso. Essas armadilhas são muitas. (Tudo tem sua hora, *OESP*, 15/03/2015)

O editorial, carregado de um clima de expectativa, passa agora a promover um enquadramento sobre as manifestações do dia de forma positiva, alertando, porém, para que fossem tomados cuidados em relação ao que considerava como armadilhas do “lulopetismo”. Para o jornal, essas arapucas tinham relação tanto com possíveis confrontos com militantes, quanto pelo pedido de impeachment de Dilma. Por mais que o *Estadão* ressalte o processo de impeachment como um julgamento político e não um golpe, o jornal afirma que seria preciso que se configurasse requisitos legais que ainda não estariam dados. A partir dessa justificativa, o jornal afirma que

Não é, portanto, questão a ser resolvida apenas com base no genuíno sentimento de revolta a que os desmandos de Dilma Rousseff e do PT tem levado um número cada vez maior de brasileiros. Os brasileiros honestos devem exigir, pelos meios democráticos à sua disposição, que o governo e os homens públicos se comportem eticamente .... Tudo tem sua hora – e esta não é a do impeachment. (Tudo tem sua hora, *OESP*, 15/03/2015)

Existe aqui nesse trecho o começo de uma mudança de perspectiva do *Estadão* no sentido de se aproximar dos movimentos de rua, se colocar no mesmo campo de ação política para então disputar os significados, as pautas e os direcionamentos do campo oposicionista – no caso, defender a posição de que ainda não era a hora do impeachment. Dois dias depois, o jornal lança editorial para comentar as manifestações de domingo e seus efeitos. O título “Os brasileiros falaram” já apontava o direcionamento do periódico para a representação do evento. A utilização de recursos narrativos que associam as vozes dos manifestantes a uma única voz da nação ou do povo brasileiro produz um efeito de autoridade que seleciona certos discursos como válidos e exclui discursos divergentes. Essa construção é realizada no editorial a partir de um enaltecimento das manifestações verde-amarelas.

Os brasileiros saíram às ruas – cerca de 1 milhão só em São Paulo – para dizer que não aceitam os caminhos pelos quais a presidente Dilma Rousseff e o PT estão conduzindo o País. Foi uma contundente manifestação espontânea, com o predomínio da classe média – assalaria-



dos, profissionais liberais, pequenos empreendedores, jovens e idosos – a exigir dos governantes probidade e competência na gestão da coisa pública. O desprezo pela probidade por parte do partido que dirige o País há mais de 12 anos está cruamente exposto na sucessão de dois grandes escândalos de corrupção: o mensalão e o da Petrobrás. ... Os brasileiros saíram às ruas em 15 de março disseram basta a tudo isso, inclusive à teimosia da presidente da República em não admitir seus erros. E o povo falou que Dilma – reeleita há quatro meses – já não merece sua confiança. Falou que não quer mais, encastelada no governo, uma quadrilha que assalta sistematicamente a Fazenda Pública. Falou que não mais tolera uma administração que não trabalha para benefício de todos, e sim para a perpetuação de um projeto de poder que repudia, por antidemocrático e divorciado do interesse nacional. (Os Brasileiros falaram, *OESP*, 17/03/2015)

O *Estado de S. Paulo* reforça não só a quantidade de manifestantes nas ruas como uma suposta “qualidade moral”. A escolha textual de justificar a espontaneidade da manifestação através da citação de diversos setores etários e profissionais se encaixa numa estratégia narrativa de representar uma amplitude do movimento e de universalizar o discurso do jornal sobre o mesmo. Interessante também é a volta do tema da corrupção nos governos petistas como razão para a insatisfação das ruas. No *Estadão* a corrupção ocupa um lugar importante na caracterização do projeto lulista. A corrupção seria uma das ferramentas do “lulopetismo” como projeto de poder.

Ainda sobre a primeira reação do jornal aos protestos do dia 15, um trecho é bem significativo ao manifestar o que poderia ser, em sua opinião, os efeitos políticos dos protestos:

Nesse sentido, embora as manifestações de protesto tenham sido focadas em Dilma e no PT, abrangeram como um todo o ente governamental – ou “a política” – e podem por essa razão produzir no Congresso o efeito positivo de facilitar a aprovação das medidas de ajuste fiscal propostas pelo Executivo. Afinal, os parlamentares estão empenhados em afirmar diante do Executivo a autonomia do poder que representam, mas sabem perfeitamente de onde vem os votos que os elegem. (Os Brasileiros falaram, *OESP*, 17/03/2015)

Aqui fica evidente a tentativa de deslocar os sentidos do dia de manifestações para empoderar o Congresso a aprovar as medidas de austeridade propostas pelo governo. Chega a ser engraçado, uma vez que

qualquer efeito prático desses protestos, logicamente, é o enfraquecimento do governo. Esse *whisful thinking* demonstra a confluência do jornal com a política econômica neoliberal.

Nos dias seguintes, o *Estadão* continua a repercutir os ecos das manifestações e as tentativas de resposta do governo. O foco parece indicar uma descrença de que Dilma poderia ouvir os apelos dos setores econômicos e realmente cumprir as medidas apoiadas pelo jornal. O *Estadão* desqualifica Dilma utilizando termos como autossuficiente, autoritária e pouco disposta a ouvir. Outra grande desconfiança em relação ao compromisso fiscal do governo é a relação da presidenta com Lula e o PT. Para o *Estadão*, o “lulopetismo” poderia a qualquer momento descartar Dilma para manter seu projeto de poder.

... desde que chegaram ao poder, Lula e o PT se empenharam em propagar a versão de que ‘nunca antes na história deste país’ houve governos tão maravilhosos. Enquanto tinha algum lastro na realidade, com investimentos sociais fortemente propagandeados e crescimento econômico baseado em fundamentos sólidos e favorecido pela conjuntura internacional, o ‘nunca antes’ funcionou bem a ponto de garantir mais três eleições presidenciais para o lulopetismo. Aí Dilma Rousseff entrou em cena e se encarregou de fazer tudo errado. (A manipulação da comunicação, *OESP*, 19/03/2015)

O PT, na verdade, está menos preocupado com os problemas reais que Dilma enfrenta do que em encontrar para si a porta de saída de uma crise que pode levá-lo a se confrontar com a temida e indesejável alternância no poder. Prestar atenção ao que Lula tem dito e feito ajuda a ilustrar esse cenário. (A humildade de Dilma, *OESP*, 18/03/2015)

Lula mais uma vez é o personagem por trás da trama; é enquadrado como o antagonista que manipula o jogo político de acordo com seus interesses de poder. A estratégia de desestabilização do lulismo através da demonização de Lula, seu partido e projeto político prosseguia ainda que o jornal não embarcasse diretamente, nesse momento, na deposição da ex-presidenta.

---

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ao disputar a estruturação dos sentidos dos acontecimentos, o jornalismo age como um ator político que dispõe de um “poderoso capital simbólico no jogo de disputa de poder e construção de memórias e marcos históricos” (Meneses, 2011, p. 75). Essa potência exercida na feitura de realidade foi largamente mobilizada

pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, reproduzindo enquadramentos sobre o projeto político de Lula, Dilma e o Partido dos Trabalhadores com a escalada da crise em que era atingido em março de 2015.

Como demonstrei, o jornal investiu na construção de uma narrativa editorial cujo tema chave foi o “lulopetismo”, um projeto autoritário e corrompido encurralado pela insatisfação das ruas. Para o *Estadão*, esse projeto era enquadrado como virulento e autoritário, um movimento político que representava uma projeção mimética dos desejos de poder de Lula. Esse processo ficcional construiu representações que criminalizavam e demonizavam o projeto político encampado pelos governos petistas.

Pensando o lulismo enquanto formulação narrativa configurada pelo corpo político de Lula, é fundamental observar a luta sobre suas representações, uma vez que elas são fundamentais pela disputa do poder. Os editoriais da empresa jornalística aqui estudados parecem investir de forma sistemática na formulação enquadramentos e uma narrativa que antagonizavam com o lulismo, mobilizando recursos simbólicos para deslegitimá-lo. Nesse sentido, ao elaborarem esses enquadramentos por meio do gênero editorial, *O Estado de S. Paulo* pode ser compreendido como ator político fundamental dessa disputa simbólica, portanto, de poder.

Esse estudo de caso dá força ao argumento de que é necessário uma abordagem epistemológica crítica para o avanço de uma perspectiva latino-americana do campo de pesquisa sobre enquadramentos. Em sociedades marcadas pelo colonialismo que gerou profundas relações desiguais de poder, a atuação dos jornais na construção do mundo social precisa ser estudada a partir da análise do lugar de enunciação que os mesmos ocupam nas estruturas de poder. A ação do *Estadão* em lutar abertamente sobre os sentidos do lulismo se relaciona ao argumento de Albuquerque (2019) de que os jornais se apropriam do papel normativo de defensores do interesse público para agir diretamente em prol de seus interesses particulares e a partir de suas disposições ideológicas, solapando a própria democracia afirmando defendê-la. Para discernir e localizar a ação do jornal na produção dos enquadramentos, o pesquisador precisa dominar ferramentas transdisciplinares que o permitam avançar para além da reprodução automática do conteúdo das ênfases e saliências do enquadramento.

A partir da discussão teórica e da análise crítica dos editoriais do *Estadão*, proponho uma tipologia que englobe três dimensões de objetivos para enquadramentos de movimentos e personagens políticos em editoriais jornalísticos latino-americanos: (1) enquadramentos de apropriação política, quando o jornais

representam movimentos políticos de forma heroica e em sintonia com seus próprios discursos, apropriando-se de suas pautas para se aproximar e disputar os rumos, estratégias e caminhos do movimento/projeto político em questão, como foi percebido na apropriação das manifestações antipetistas no intuito de pautar o movimento. (2) Enquadramentos de oposição política, quando são produzidas representações negativas, e mesmo acirradas, contra movimentos ou personagens políticos mas sem uma radicalização profunda pela destruição de sua imagem pública, como ainda, naquele momento, o *Estadão* representava Rousseff. Por último, os (3) enquadramentos de demonização política, em que são engendrados significados e símbolos que visam o aniquilamento da imagem daquele projeto/movimento ou mesmo personagem político, investindo de forma constante em sua vilanização e na instrumentalização de poder simbólico para insuflar abertamente os leitores contra o personagem em questão, como aponte na construção do “lulopetismo” como movimento e expressão mimética de Lula.

Novas questões, também, irrompem para o seguimento de uma agenda de pesquisa. Por exemplo, (1) é preciso avançar a investigação sobre os interesses políticos e econômicos que influenciaram a tessitura da narrativa do jornal naquele contexto. Ademais, (2) interessa pensar sobre a confluência dos enquadramentos analisados com os discursos do grupo de extrema-direita que ascendeu ao poder em 2018 no Brasil. E por último, (3) é importante ampliar a compreensão de como essas narrativas foram se construindo para além do recorte temporal desse trabalho, antes e depois do aprofundamento da crise que levou a deposição de Dilma.

Por fim, este trabalho de remontagem da intriga da narrativa jornalística e do encadeamento de seus enquadramentos me permitiu compreender o jornal *Estado de S. Paulo* como ator político fundamental na desestabilização do lulismo. Afirmo que nesse processo – através de estratégias narrativas e recursos linguísticos que promoveram a estigmatização do projeto político do Partido dos Trabalhadores – as posições políticas de uma das maiores empresas jornalísticas do país insuflou afetos e ódios que colaboraram não só para a exacerbação do sentimento antipetista, mas, principalmente, para a crise da democracia brasileira.

---

*Submetido em 15/07/2022*  
*Aceito em 18/04/2023*

## REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. (2019). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America. *Journalism*, 20(7), 906-923. <https://doi.org/10.1177/1464884917738376>
- Albuquerque, A., & Oliveira, T. (2021). Pensando o decolonial nos estudos da Comunicação: reflexões a partir da América Latina. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 18(51), 82-102. <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v18i51.2521>
- Armañanzas, E., & Noci, J. (1996). *Periodismo y argumentación*. Universidad del País Vasco.
- Azevedo, F. (2006). Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), 88-113. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>
- Azevedo, F. (2016). *A Grande Imprensa Brasileira*. São Carlos: UFSCar.
- Bateson, G. (2002). Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In B. T. Ribeiro e P. M. Garcez (Org.), *Sociolinguística interacional* (2 ed., pp. 257-264). São Paulo: Loyola.
- Campos, L. (2014). A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências. *Opinião Pública*, 20, 377-406. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014203377>
- Cappella, J., & Jamieson, K. (1997). *Spiral of cynicism. The press and the public good*. New York: Oxford University Press.
- Castro-Gómez, S. (2010). *La hybris del punto cero*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). Giro colonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. In S. Castro-Gómez, & R. Grosfoguel (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica* (pp. 9-23). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Entman, R. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Gagliardi, J. (2018). “Um projeto de poder por vias não democráticas”: *O Globo e a narrativa do Lulopetismo*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Gamson, W. (2001). Foreword. In S. D. Reese, O. H. Gandy Jr., & A. E. Grant (Eds.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Gamson, W., & Modigliani, A. (1987). The changing culture of affirmative action. In R. Braungart (ed.), *Research in political sociology*, Vol. 3 (pp. 137-177). Greenwich: JAI Press.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching*. Berkeley: University of California Press.
- Goffman, E. (1986). *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.
- Grosfoguel, R. (2007). The epistemic decolonial turn. *Cultural Studies*, 21(2-3), 211-223. <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>
- Guerrero, M. (2014). The ‘Captured Liberal’ Model of Media Systems in Latin America. In M. Guerrero & M. Márquez-Ramírez (Eds.). *Media Systems and Communication Policies in Latin America*, (pp. 43-65) Palgrave Macmillan, UK: Springer.
- Marques, J., Mont’Alverne, C., & Mitozo, I. (2021). Editorial journalism and political interests. *Journalism*, 2(11), 2816-2835. <https://doi.org/10.1177/1464884919894126>
- Matthes J. (2012). Framing politics: An integrative approach. *American Behavioral Scientist*, 56(3), 247-259. <http://dx.doi.org/10.1177/0002764211426324>
- Mendonça, R. F., & Guimarães Simões, P. (2012). Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79), 187-201. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>
- Meneses, S. (2011). *A Operação Midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Motta, L. (2005). A análise pragmática da narrativa jornalística. In *Anais do Congresso Brasileiro. de Ciência da Comunic.* São Paulo: Intercom.
- Motta, L. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UnB.
- Pimentel, P., & Marques, J. (2021). De-Westernizing Media Parallelism. *Journalism Studies*, 22(3), 282-304. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1867000>
- Pimentel, P., & Marques, J. (2021). Narrativas em disputa: os editoriais de *O Globo* e a desconstrução da ideia de “golpe”. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 46(2), 276-296. <https://doi.org/10.1080/08263663.2021.1912151>
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34.
- Reese, S. (2001). Framing public life. In S. D. Reese, O. H. Gandy Jr., & A. E. Grant (Eds.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world* (pp. 7-31). London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Reese S. (2007). The framing project: A bridging model for media research revisited. *Journal of Communication*, 57(1), 148-154. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00334.x>
- Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus.
- Van Dijk, T. (2017). How Globo media manipulated the Impeachment of President Dilma Rousseff. *Discourse & Communication*, 11(2), 199-229. <https://doi.org/10.1177/1750481317691838>





---

## RESUMO | ABSTRACT | RESUMÉ

---

**A narrativa e os enquadramentos do Estadão sobre o “lulopetismo” : uma perspectiva crítica latino-americana**

**Le récit et les cadrages médiatiques du “Lulopétisme” dans *O Estado De S. Paulo* : Une perspective critique latino-américaine**

**Narrative construction and framing of “Lulopetism” in *O Estado De S. Paulo* : a latin american critical perspective**

**Pt.** No processo de significação dos acontecimentos, as narrativas jornalísticas ocupam um lugar privilegiado no rearranjo simbólico que constrói o real. Através dos campo de pesquisa dos enquadramentos, pesquisadores podem compreender a estruturação simbólica que confere sentido aos acontecimentos midiáticos. Contribuindo para a temática, este artigo tem por objetivo analisar os enquadramentos em torno do projeto político do Partido dos Trabalhadores elaborados pelos editoriais jornalísticos do *Estado de S. Paulo* durante o mês de março de 2015, período da primeira grande manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff. O trabalho procura refletir sobre a importância de uma perspectiva latino-americana para enriquecer os estudos sobre enquadramento, a partir de pressupostos epistemológicos críticos que levem em conta as características da região marcada pelas profundas relações desiguais de poder derivadas da colonialidade. Ao mobilizar um referencial teórico-metodológico que tensiona a relação entre narrativas e enquadramentos, compreende-se a atuação política do jornal no período ao promover um tratamento que demonizava o lulismo, procurando desestabilizá-lo.

**Palavras-chave:** Enquadramentos; Lulopetismo; Perspectiva pós-colonial; Narrativa jornalística.

**Fr.** Au cours du processus de signification des événements, les récits journalistiques occupent une place privilégiée dans la réorganisation symbolique qui construit le réel. Le champ de recherche des cadrages peut aider les chercheurs à mieux comprendre la structuration symbolique qui donne un sens aux événements médiatiques. Cet article se propose de contribuer à la réflexion sur ce thème en analysant les cadrages du projet politique du Partido dos Trabalhadores dans les éditoriaux du quotidien *O Estado de S. Paulo* publiés en mars 2015, au moment de la première grande manifestation en faveur de la destitution de Dilma Rousseff. Nous discuterons l'importance d'une perspective latino-américaine pour enrichir les études sur le cadrage, à partir d'hypothèses épistémologiques critiques qui prennent en compte les caractéristiques de la région, marquée par des rapports de pouvoir profondément inégalitaires dérivés de la colonialité. La mobilisation d'un référentiel théorique et méthodologique mettant en tension le lien entre récits et cadrages permet de mieux saisir le rôle politique joué à l'époque par ce journal, à travers l'adoption d'un traitement médiatique diabolisant le « lulisme » (ou « lulopétisme ») et cherchant à le déstabiliser.

**Mots-clés :** cadrage ; lulisme ; lulopétisme ; perspective postcoloniale ; récit journalistique.

**En.** In the process of signifying events, journalistic narratives occupy a privileged place in the symbolic reorganization that constructs reality. The field of research on framing can support researchers in better understanding the symbolic structuring that gives meaning to media events. This article makes a contribution to discussions on this theme through the analysis of the framings of the political project of the Partido dos Trabalhadores in the editorials of the daily *O Estado de S. Paulo* published in March 2015, at the time of the first major demonstration in favor of the impeachment of Dilma Rousseff. We will discuss the importance of a Latin American perspective to enrich studies on framing, based on critical epistemological assumptions that take into account the characteristics of the region, which is marked by deeply unequal power relations derived from coloniality. The mobilization of a theoretical and methodological framework that brings into tension the correlation between narratives and framing enables us to better grasp the political role played by this newspaper at the time, through the adoption of a media treatment demonizing "lulisme" (or "lulopetism") and attempting to destabilize it.

**Keywords:** framing; lulism; lulopetism; postcolonial perspective; journalistic narrative.

